



ATA N.º 12

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2021,
NO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO CONCELHO DE VILA NOVA DE GAIA**

PRESENTES:

- O Senhor Presidente da Câmara, Prof. Dr. Eduardo Vítor Rodrigues
- O Senhor Vereador, Eng.º Patrocínio Miguel Vieira de Azevedo
- A Senhora Vereadora, Dra. Maria Elisa Vieira da Silva Cidade Oliveira
- O Senhor Vereador, Dr. José Joaquim Cancela Moura
- O Senhor Vereador, Dr. José Guilherme Saraiva de Oliveira Aguiar
- O Senhor Vereador, Dr. Manuel António Correia Monteiro
- A Senhora Vereadora, Eng.ª Paula Cristina Martins Carvalhal
- O Senhor Vereador, Dr. Pedro Manuel Vieira Alves de Oliveira
- O Senhor Vereador, Arq. José Valentim Pinto Miranda
- O Senhor Vereador, Dr. Elísio Ferreira Pinto
- A Senhora Vereadora, Dra. Marina Raquel Lopes Mendes

PRESIDIU À REUNIÃO:

O Senhor Presidente da Câmara, Prof. Dr. Eduardo Vítor Rodrigues

SECRETARIOU A REUNIÃO:

A Diretora Municipal de Administração e Finanças, Manuela Garrido

HORA DA ABERTURA: 16 horas.

HORA DE ENCERRAMENTO: 17 horas e 40 minutos.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA PONTO PRÉVIO Nº 1

O Senhor Vereador, Dr. Elísio Ferreira Pinto, apresentou um voto de congratulação ao desporto adaptado, nomeadamente, à jovem atleta gaiense Beatriz Soares Rodrigues que, em representação da Associação de Proprietários da Urbanização Vila D' Este, obteve a medalha de ouro no Campeonato Regional de Natação Adaptada, na categoria de 100 metros, Classe S10 – Seniores, assim como, se sagrou campeã regional em natação adaptada, 50 metros mariposa, Classe S 10 - Seniores e em natação adaptada, 50 metros costas, Classe S10-Seniores.

Deliberação:

Deliberado por unanimidade, **aprovar o Voto de Congratulação à atleta Beatriz Soares Rodrigues, devendo o mesmo ser comunicado à Associação de Proprietários de Vila D' Este e à Atleta.**

PRESIDÊNCIA/VEREAÇÃO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTA DE GERÊNCIA 2020

EDOC/2021/40207

Foi presente o documento referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o nº 1, apenas no original.
Despacho do Senhor Presidente da Câmara: "À Câmara. 26.5.2021."

O Senhor Presidente da Câmara, Prof. Dr. Eduardo Vítor Rodrigues disse que, relativamente ao relatório apresentado, existe uma especificidade legal que permite, pela primeira vez, a Câmara poder encerrar as contas com o inventário do património municipal, o qual será apreciado na próxima reunião de Câmara e que permite demonstrar um património que não estava ainda inventariado, porque a Câmara não era obrigada e porque a aplicação do NCAP iniciou-se, apenas, em 2020. Disse que foi um trabalho estonteante, que envolveu quase 50 anos de democracia e foi o começar do zero, naquilo a que diz respeito ao património que não estava inventariado, nomeadamente, lotes transferidos para o Município; a avaliação do património histórico do Município, etc. Disse ser um documento que permite encerrar o presente mandato, não apenas com umas contas, independentemente, do juízo de valor político que se possa fazer sobre elas, mas com um documento importante e estruturante para o Município. Relativamente ao presente documento, salientou quatro notas fundamentais: a primeira diz respeito ao processo de descentralização sem descentralização, isto é, como se sabe o Município adotou a opção de rejeitar os processos de descentralização, mas isso não impediu o Município de assumir responsabilidades, nomeadamente, numa lógica de comparticipação financeira em várias áreas, desde o hospital de Gaia aos centros de saúde; na área da educação com as obras nas EB's 2/3; os trabalhos desenvolvidos em 2020, que irão permitir encontrar uma solução para o Tribunal do Comércio, ou seja, houve um esforço do Município em perceber que, em alguns dos domínios estratégicos, ter ou não competências é indiferente, quando estão em causa oportunidades que não se podem perder. Disse que, à exceção do hospital, outros equipamentos vão passar a ser geridos pelo Município, pelo que, de alguma forma, aquilo que a Câmara fez, foi antecipar a própria realidade. Relativamente à segunda nota que diz respeito aos investimentos, sublinhou os investimentos de uma cidade sustentável, uma Smart City, ancorada num modelo de desenvolvimento, onde se tenta ter o que de melhor existe do ponto de vista da tecnologia ao serviço dos cidadãos, com enfoque nos transportes, mas, em simultâneo, olhando para um conjunto de dimensões daquilo que se chama de imaterial, nomeadamente, na área da educação, na ação social, no ambiente, na cultura e no desporto, que são centrais e que levaram a opções que, mais uma vez, foram em muitos casos mais fortes do lado do imaterial do que do lado da própria infraestrutura. Que, independentemente, do que venha a ser o futuro, disse estar convencido que a próxima década será de aprofundamento e de reforço das despesas correntes do Município e a redução das despesas de capital, porque o Município chegará a um patamar em que os grandes investimentos estão consolidados e aquilo que marcará a cidade sustentável e inteligente, é a capacidade de, num curto espaço

de tempo, conseguir resolver os problemas de manutenção e a qualidade de prestação de serviços. Que os próximos anos serão de sedimentação dos montantes de investimento, de fortalecimento e de reforço das despesas correntes. Referiu-se a uma terceira nota, a propósito dos novos desafios, dizendo que o presente documento é um relatório de contas que tem o maior volume de investimento, que tem apenas tradução nas despesas correntes, na imputação de verbas aos transportes, os quais são uma nova área de intervenção dos Municípios. Que o dinheiro que o Município possa aplicar no reforço da qualidade do transporte público, será bem gasto. No que diz respeito à habitação, a Câmara vai lutar para chegar ao fim e ter um investimento zero, não por não ter investimento, mas por ter um investimento integralmente suportado pelo Estado, ao abrigo do acordo assinado. Que uma outra abordagem para os próximos 20 ou 30 anos, é que a Câmara passará a assumir um novo leque de responsabilidades, no âmbito do novo desenvolvimento integrado da cidade, nomeadamente, nos transportes e na habitação, que são um mundo novo das políticas municipais. Disse que a quarta nota é relativa à coesão, isto é, se as políticas do imaterial são importantes para a Câmara se afirmar como um Município inclusivo, que olha para as pessoas e que tem políticas inovadoras, não poderia deixar de sublinhar a aposta na coesão territorial dentro do concelho. Que será importante analisar o volume de investimento feito por freguesias, no concelho, para se perceber que o Município se tem preocupado com o equilíbrio, em todo o seu território. Que o modelo de coesão territorial implica um esforço mais alargado, isto é, a participação de todos e a concretização de um plano estratégico que o Município internamente preparou e irá consolidar, para ser capaz de responder ao novo quadro comunitário e, se possível, ainda conseguir reforçar o seu peso na gestão do quadro comunitário atual. Disse que a Câmara encerra o ano de 2020 com menos 207 milhões de euros de dívidas relativamente ao ano de 2013, assim como, com menos 290 milhões de euros de passivo e com zero euros de pagamentos em atraso, o que significa um alívio naquilo que chegou a ser uma fatura de 1,6 milhões de euros de juros de mora. Que se encerrou o ano de 2020, com 3,7 milhões de euros de saldo transitado, o que significa um equilíbrio mínimo para as contas do ano e conseguiu-se terminar o ano de 2020 com o maior volume de investimento em obras de exterior, alguma vez existente no concelho e o maior volume de investimento no imaterial, o que torna o Município uma referência no ponto de vista das políticas sociais.

O Senhor Vereador, Dr. José Joaquim Cancela Moura apresentou a intervenção (Doc. 1), que a seguir se transcreve:

"CONTA DE GERÊNCIA

Ao longo das primeiras 60 páginas, o Relatório de Atividades de 2020 descreve os resultados daquilo que o PS pretende que seja a marca de uma gestão, nas palavras dos próprios, com "contas no verde, investimento inteligente e despesa-corrente boa", elencando 130 itens de pretensas realizações.

Um relatório, segundo o dicionário, é uma "exposição escrita em que se descrevem todos os factos de uma gerência". Mas, numa leitura rápida do documento frustram-se as expectativas e constata-se que a grande parte das obras, projetos e investimentos não reportam a período em análise, nem correspondem às questões que há muito preocupam os gaienses e que deveriam ter sido resolvidas pela Câmara de Gaia e que não foram.

Para além do que possa reportar ao ano de 2020, trata-se de um repositório de realizações, relativas ao período de sete anos de gestão socialista, muitas delas permanecendo ainda no plano das intenções, que não cabem no documento que nos é presente. Um relatório, porventura em jeito de anúncio, para o programa do próximo mandato autárquico.

Na verdade, cerca de metade das questões enunciadas, nem sequer iniciariam, como é o caso dos itens 103 a 105, relativos à requalificação dos auditórios de Oliveira do Douro, de Gulpilhares e de Olival, em que tudo o que é dito se resume à intenção de fazer e que, curiosamente é igual e todas, e passamos a citar "O projeto vai incidir..."

Mas veja-se o caso paradigmático da Igreja da Afurada, que no relatório é descrita do seguinte modo:

"A Igreja da Afurada, da autoria d arquiteto Siza Vieira, é um projeto municipal e de parceria com a comunidade local, criando um complemento à atual Igreja, que apresenta múltiplas vulnerabilidades, enquanto se gera um polo de atratividade arquitetónica e turística. Estando concluído o projeto de arquitetura, cuja materialização passará sempre pelo diálogo local e pela avaliação de impactos, avançar-se-á com o seu concurso público ainda em 2020."

Destacamos a parte final, porque o relatório, elaborado em 2021, com certeza, por manifesto lapso menciona que o concurso avançará no ano anterior, ou seja, em 2020, em vez de salientar que tal projeto sucessivamente prometido e adiado só será lançado a concurso, já depois das próximas eleições autárquicas, sendo que esta nova calendarização poupará o presidente do município, como ele próprio diz, a "críticas de eleitoralismo".

Por outro lado, o incontornável Centro Congressos de Gaia que avançaria, de imediato, em 2019 e estaria concluído em 2021, sem custos financeiros para o município teve, afinal, o seu modelo de execução aprovado em reunião de Câmara somente a 18 de maio de 2020, num modelo de peri-equação de uma unidade de execução urbanística, com contrapartidas de capacidade construtiva para compensar o referido investimento e mesmo assim não avançou. Não podemos até de deixar de assinalar realizações que extravasam de todo o exercício de 2020 e que, de acordo com o próprio documento, reportam a gestões anteriores, como é o caso da construção da esquadra da PSP de Valadares e o Centro de Alto Rendimento, cuja motivação transcrevemos para relevar esta evidência:

"O edifício da esquadra da PSP de Valadares está implementado num terreno com cerca de 2700 m², cedido pela Câmara Municipal de Gaia, que promoveu a empreitada de construção (orçada em aproximadamente 900 mil euros), sendo depois reembolsada pela Direção Geral de Infraestruturas e Equipamentos (DGIE). O equipamento foi inaugurado a 10 de dezembro de 2013, com a presença do então ministro da Administração Interna, Miguel Macedo. Centro de Alto Rendimento, inaugurado em setembro de 2013 e integralmente pago em 2014, tornou-se um suporte a trabalho de formação desportiva desenvolvido no concelho."

Não somos nós que o dizemos, mas o próprio documento que o comprova.

Os casos apontados apenas ilustram bem que se pretendeu dar muita informação que, para o caso até é desnecessária, descurando aquilo que era essencial num relatório de atividades, nomeadamente os objetivos da gestão para 2020 e quais os resultados alcançados.

Mas não é por isso que o PSD não deve acompanhar este relatório de atividades.

O PSD não pode deixar de votar contra o presente relatório porquanto o mesmo reflete de forma evidente, naquilo que verdadeiramente interessa e está espelhado nas contas, o que separa politicamente o resultado de uma gestão socialista do modelo autárquico perfilhado pelo PSD.

O PS, como é seu apanágio, privilegiou claramente a despesa corrente em detrimento do investimento, renomeando até como boa despesa o aumento das despesas de funcionamento e com pessoal, alimentando-a obviamente com uma carga fiscal excessiva, de que é exemplo paradigmático o IMI.

A propósito dos impostos, e não obstante se admita poder constituir a principal fonte de receita dos municípios de grande dimensão, como é o caso de Gaia, importa referir que é o próprio relatório que, expressamente reconhece que o município pratica uma carga fiscal excessiva. Efetivamente os 59,6%, identificados "enquanto receita como maior expressão no total da receita municipal", correspondem a um nível de tributação muito próximo de 2019, não obstante a evolução negativa em contexto de pandemia.

De acordo com o anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, infelizmente Vila Nova de Gaia está nos 10 primeiros municípios que, em 2019, apresentaram maior peso de receitas provenientes de impostos, taxas e licenças, no total da receita cobrada, que em 2013 era de 43,4% e que em 2019 ascendeu a 62,1%.

Não somos nós que o dizemos, mas uma entidade independente que o afirma.

As Despesas Correntes atingiram quase 105 milhões de euros no ano em estudo, contra os 91 milhões do ano anterior, registando um aumento de 12 milhões e absorvendo 67,7% do total das despesas.

Os principais gastos responsáveis por este desempenho foram as subvenções às empresas municipais, com um incremento de 8,8 milhões de euros face a 2019 e as despesas com a Aquisição de Bens e Serviços, com mais 1,3 milhões e as Despesas com Pessoal, que registam um agravamento de quase 1 milhão de euros.

As Despesas de funcionamento absorveram 53,4% e, portanto, mais de metade dos gastos municipais, registando em 2020 o valor de 82,4 milhões de euros, o mais alto de todo o atual mandato autárquico.

As Despesas com Pessoal, para além do referido agravamento, que foi uma tendência crescente ao longo do mandato, não integra ainda os encargos relativos aos múltiplos procedimentos concursais e o recrutamento de erca

[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

de 300 novos funcionários, que ocorreram entre novembro 2020 e março 2021, que estimamos corresponderem a uma despesa anual de cerca de 2,5 milhões de euros.

Apesar do eufemismo da boa despesa corrente o relatório é elucidativo quanto a esta matéria, quando, a páginas 97, expressamente classifica as despesas de funcionamento, e passamos a citar como “encargos de natureza fixa e obrigatória” e que, portanto, terão de ser assegurados permanente e independentemente da receita.

Não somos nós que o dizemos, mas o próprio documento que o comprova.

O PSD não chama inteligente ao investimento, antes privilegia a realização dessa despesa em detrimento dos gastos correntes, porquanto só dessa forma se cria riqueza, potenciando um efeito multiplicador no rendimento das pessoas e contribuindo, de forma sustentada, para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar das populações.

Disso foi exemplo o legado do PSD, que este relatório não pode apagar da memória dos gaienses e que corresponde a um investimento de quase 1,8 milhões de euros, aproveitando todos os financiamentos proporcionados pelos fundos comunitários. Desse modo ficaram resolvidos, para duas décadas, os grandes problemas dos gaienses, seja nas necessidades básicas, como água e saneamento, nas infraestruturas, na habitação, seja na educação, segurança ou no ambiente, permitindo retribuir aos gaienses o tributo dos seus impostos, a benefício da sua qualidade de vida.

Não somos nós que o dizemos, são os números que o comprovam.

Finalmente, ainda que lateral ao relatório, mas com particular relevância para a questão do investimento realizado, importa aqui chamar à colação o estudo do especialista em finanças municipais, Francisco José Veiga que coloca Gaia no primeiro de 10 municípios, de grande dimensão, que mais investe em obras, em ano de eleições, tomando em consideração a média orçamentada no atual mandato autárquico na rubrica de Investimento em Bens de Capital. Pese embora a maioria municipal rejeite sistematicamente a ideia do eleitoralismo, de acordo com este estudo recentemente publicado, a verdade é que a Câmara de Gaia prevê para 2021 um investimento que ultrapassa os 87 milhões de euros, quando a média dos três anos anteriores foi de apenas 48 milhões, ou seja, verifica-se um aumento de 87,2% face à variação homóloga da mesma rubrica entre 2018 e 2020.

Não somos nós que o dizemos, é um especialista em finanças municipais que o afirma.

Por tudo quanto vai alegado, votaremos contra a conta de gerência de 2020

Vila Nova de Gaia, 31 de maio de 2021.

O Grupo de Vereadores do PSD na Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia”

O Senhor Presidente da Câmara, Prof. Dr. Eduardo Vítor Rodrigues relativamente ao investimento, lembrou que se se fizer uma comparação retrospectiva aos 4 anos anteriores, existe uma linha de tendência e não será por eleitoralismo. Que quando tomou posse, em 2013, a Câmara estava tecnicamente falida, com 300 milhões de euros de dívidas, com 440 milhões de euros de passivo consolidado, com a Gaianima tecnicamente falida, com a Gaiurb em pré-falência e com as Águas por Gaia com o seu primeiro ano de prejuízo. Que este cenário originou que a Câmara, nos seus meses subsequentes, tivesse muitas dificuldades em pagar salários, pelo que, aquilo que o Senhor Vereador entende ser eleitoralismo, é o maior elogio que, pessoalmente, pode sentir, relativamente à atual gestão municipal, porque chegou-se a patamares de investimento superiores ao Porto e Matosinhos, não por ser ano de eleições, mas, porque a Câmara de Gaia está com desempenhos financeiros que lhe permite investir. Disse que a tramitação processual tão conveniente aos burocratas, tem ajudado a que o Senhor Vereador tenha razão em algumas coisas que referiu, isto é, à exceção da igreja da Afurada, todas as questões que levantou, são questões de projetos que estão em tramitação e, pessoalmente, não se culpabiliza de ter montado uma estrutura municipal de gestão que, antes de fazer as obras, faz os concursos. Que, infelizmente, a atual Câmara teve, em 2013, obras para pagar relativas a 2008 e 2009, que nem sequer tinham procedimentos a decorrer e que, por isso, foram consideradas incobráveis pelo Tribunal, nomeadamente, no contexto de empresas municipais. Que, no contexto da Câmara Municipal, existiam obras concluídas, ainda com os procedimentos em curso e, entretanto, a Lei piorou, porque o Governo PSD criou uma lei para a contratação pública, com o pretexto da troika, “estourando” com a autonomia dos Municípios, nomeadamente, a Lei dos Compromissos e levou a que, inevitavelmente, hoje, todo e qualquer



investimento tenha mais tempo de tramitação do que de obra. Que os auditórios que o Senhor Vereador referiu, fazem parte do plano da Câmara, porque são custos relacionados com os projetos técnicos. Disse que a esquadra de Canidelo e a esquadra da PSP de Valadares, foram inauguradas em dezembro de 2013 e o trabalho significativo decorreu no mandato anterior, mas, quando esta Câmara tomou posse, os empreiteiros ameaçaram abandonar a obra por falta de pagamento e foi esta Câmara que as pagou. Que, relativamente ao passadiço de Quebrantões, a obra estava parada devido à falta de pagamento, que originou o colapso do empreiteiro. Disse que a anterior Câmara deixou inúmeras dívidas, nomeadamente, 5 milhões de euros à EDP, em iluminação pública e à Gertal, 4 milhões e meio de euros, em refeições escolares. No que diz respeito à Igreja da Afurada, disse que o projeto de execução está concluído, pelo que, poderá lançar a obra quando assim o entender e não existe nenhum atraso processual. Disse que o aumento da receita nada tem a ver com o aumento de taxas e de impostos e isso é demonstrável, pois o aumento da receita municipal ocorreu, porque melhorou brutalmente a sua atividade económica e a Câmara passou a receber taxas e impostos e não porque "esmifrou" o bolso aos cidadãos, como o PSD fez durante 16 anos, que teve sempre o IMI no máximo; que criou a escandalosa taxa das rampas para sonegar dinheiro aos cidadãos; que inventou a taxa municipal de proteção civil; que criou o modelo vergonhoso de venda de espaços de estacionamento por 25 anos, recebendo à cabeça 20 milhões de euros de renda e agora o valor que os cidadãos pagam, reverte a favor da empresa gestora; o escandaloso negócio do Fundo Imobiliário Fechado que origina que, atualmente, a Câmara Municipal pague 100 mil euros/mês de renda pelas Oficinas Municipais e pelo quartel dos Bombeiros Sapadores, porque o PSD resolveu vender esses imóveis ao Fundo e arrecadaram 22 milhões de euros à cabeça e mesmo com 20 milhões de euros do estacionamento e 22 milhões de euros do Fundo Imobiliário Fechado que receberam à cabeça, o Município de Vila Nova de Gaia era líderante nos municípios mais endividados, a nível nacional. Disse que a Câmara aumentou brutalmente o nível de apoio às crianças nas escolas, às IPSS's, os passes escolares, os livros, os pequenos-almoços gratuitos, o GaiaAprende+, o apoio ao arrendamento e à emergência social, o apoio aos cuidadores informais, pelo que, todos estes exemplos são despesas correntes. Disse que a Câmara Municipal adquiriu património: 2 milhões e meio de euros custou o alargamento dos 40.000 metros do Parque de Lavandeira; 2 milhões e meio de euros custou a aquisição da Fábrica das Devesas; adquiriu dois terrenos para arrendamento acessível; adquiriu pequenos imóveis na Rua Raimundo de Carvalho, pelo que, atualmente, o património municipal está mais enriquecido. Relativamente aos recursos humanos, disse que, entre a data da sua tomada de posse, em 2013 e 31 de dezembro de 2020, o número de funcionários na Câmara Municipal aumentou em 282, por necessidade em três áreas: Bombeiros Sapadores, Polícia Municipal e área de educação. Colocou à votação o Relatório de Atividades e a Conta de Gerência relativos ao ano de 2020, fazendo referência ao seguinte:

Ativo – 1.001.277.583,91€

Património Líquido – 850.911.985,60€

Passivo – 150.365.598,31€

Rendimentos – 145.292.205,69€

Gastos – 141.575.366,86€

Resultado Líquido – 3.716.838,83€

Recebimentos (DFC) – 139.546.332,79€

Pagamentos (DFC) – 148.158.658,33€

Recebimentos (DDO) – 173.413.312,35€

Pagamentos (DDO) – 154.260.050,63€

SI operações orçamentais – 28.255.907,27€

SF operações orçamentais – 19.153.261,72€

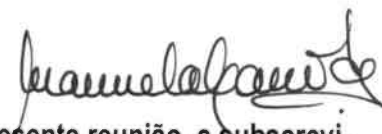
SI operações tesouraria – 6.462.310,32€

SF operações tesouraria – 6.952.630,33€

Deliberação:

Deliberado por maioria, por 9 votos a favor do PS e 2 votos contra do PPD/PS, **aprovar o Relatório de Atividades e a Conta de Gerência relativos ao ano de 2020, nos termos apresentados. Mais foi deliberado submeter o presente assunto à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

Nada mais havendo a tratar, quando eram 17 horas e 40 minutos, o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, da qual se elaborou a presente ata aprovada, por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 34.º do CPA, e no n.º 1 do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as devidas alterações, bem como do n.º 1 do art.º 11.º do Regimento da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, aprovado pelo Executivo na sua reunião de 2019.01.21.

E eu, 
da presente reunião, a subscrevi.

, Diretora Municipal de Administração e Finanças e Secretária

O Presidente da Câmara,


(Eduardo Vítor Rodrigues)